



Enfoque: Reflexão Contábil

ISSN: 1984-882X

Universidade Estadual de Maringá

Constantino, Giorgia Jardim; Nakao, Sílvio Hiroshi; Azevedo, Yuri Gomes Paiva

Características organizacionais que influenciam a reapresentação
retrospectiva de demonstrações financeiras no Brasil1

Enfoque: Reflexão Contábil, vol. 41, núm. 1, 2022, Janeiro-Abril, pp. 115-130
Universidade Estadual de Maringá

DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v41i1.53032>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307169935007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

Características organizacionais que influenciam a reapresentação retrospectiva de demonstrações financeiras no Brasil¹

DOI: 10.4025/enfoque.v41i1.53032

Giorgia Jardim Constantino

Mestranda em Controladoria e Contabilidade
Universidade de São Paulo

Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

E-mail: giorgiaconstantino@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8345-7158>

Sílvio Hiroshi Nakao

Doutor em Contabilidade e Controladoria
Universidade de São Paulo

Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

E-mail: shnakao@usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3976-8407>

Yuri Gomes Paiva Azevedo

Doutorando em Controladoria e Contabilidade

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo.

Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

E-mail: yuriazevedo@usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0830-0214>

Recebido em: 07.04.2020

Aceito em: 20.05.2020

2^a versão aceita em: 06.06.2020

RESUMO

O artigo tem por objetivo verificar a influência da complexidade da estrutura organizacional e dos negócios sobre a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras em empresas de capital aberto no Brasil. Para tanto, foram analisadas 205 empresas de capital aberto por meio da publicação de suas demonstrações financeira anuais, entre o quarto trimestre de 2016 e o segundo trimestre de 2017. A análise de dados realizada por meio de regressões Logit e Probit indicou que a complexidade dos negócios pode levar a uma maior probabilidade de publicar reapresentações de saldos comparativos. No entanto, não foi identificado qualquer tipo de relação entre reapresentação retrospectiva de saldos e nível de concentração acionária, qualidade da governança corporativa, performance financeira e endividamento. Adicionalmente, a análise das notas explicativas sobre a natureza da reapresentação do saldo, montante e norma aplicável, indicou que 101 empresas realizaram algum tipo de ajuste em saldo comparativo, principalmente em função de erros. Esses resultados contrapõem a literatura prévia que considera o gerenciamento de resultados como principal motivação para a reapresentação das demonstrações financeiras retrospectivas.

Palavras-chave: Reapresentação de demonstrações financeiras. Políticas contábeis. Governança corporativa. Qualidade da informação contábil.

Organizational characteristics that influence retrospective financial restatements in Brazil

ABSTRACT

The article aims to verify the influence of the organizational structure and business complexity on the retrospective financial restatements of Brazilian public companies. To this end, 205 publicly-traded companies were analyzed through the reporting of their annual financial statements, between the fourth quarter of 2016 and the second quarter of 2017. Data analysis through Logit and Probit regressions indicates that the business complexity may lead to a greater likelihood of reporting comparative restatements. However, no relationship was identified between retrospective financial restatement and

¹ Artigo apresentado no XV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade.

ownership concentration level, corporate governance quality, financial performance and indebtedness. Furthermore, the explanatory notes analysis on the nature of the financial restatement, amount and applicable standard, indicated that 101 companies carried out some type of adjustment in the comparative balance, mainly due to errors. These results contrast previous literature that considers earnings management as the main motivation for the retrospective financial restatements.

Keywords: Financial restatements. Accounting policies. Corporate governance. Accounting information quality.

1 INTRODUÇÃO

A reapresentação retrospectiva é a divulgação de saldos comparativos de períodos anteriores nas demonstrações financeiras correntes com valores diferentes dos apresentados nas demonstrações financeiras anteriores. Dechow, Ge e Schrand (2010) vinculam a reapresentação de demonstrações financeiras como uma das *proxies* de qualidade das informações contábeis, sendo essa identificada ou solicitada por três agentes: a entidade (administração), a auditoria externa ou a entidade regulamentadora local. Como uma reapresentação retrospectiva pode passar despercebida por investidores, que estão mais focados nos resultados dos períodos correntes, tem sido entendida como uma forma de distorção da informação financeira.

A reapresentação retrospectiva é tratada na norma contábil IFRS/CPC por meio do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro – que determina que erros e mudanças de políticas contábeis, tais como alteração de normas, práticas específicas e base de avaliação, podem resultar em aplicação retrospectiva da mudança. Porém não obriga republicação de balanços, apenas a reapresentação de saldos comparativos, a fim de garantir a comparabilidade e qualidade da demonstração.

Estudos recentes procuram explorar o contexto das reapresentações, de modo a compreender suas causas e consequências. Em relação às consequências, um ponto frequentemente discutido nas pesquisas é a reação de mercado frente à informação de existência de reapresentação. Em estudo realizado no Brasil, Helou Netto e Pereira (2010) analisaram a reapresentação retrospectiva e sua influência sobre o valor das ações negociadas, obtendo

como resposta que o mercado não possui reação ao evento, apenas no caso de reapresentações por exigência da comissão de valores mobiliários (CVM). As reações, neste caso, se apresentaram positivas.

De forma similar, Wang e Wu (2011) evidenciam, no contexto chinês, que o mercado pouco reagiu às reapresentações, indicando a existência de baixa confiança nas informações financeiras divulgadas. No entanto, em relação aos fatores que influenciam na reapresentação das demonstrações financeiras, foi encontrado que empresas com baixa rentabilidade, baixa concentração de capital e maiores dívidas possuem maior tendência à reapresentação retrospectiva.

Outro aspecto também levantado pela literatura é a governança corporativa, uma vez que Baber et al. (2015) presumem que a ausência desta é parcialmente responsável pelos erros em relatórios financeiros que levam à reapresentação. A partir de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, os autores identificaram que o reconhecimento de distorções em saldos anteriores de demonstrações financeiras é mais provável em firmas caracterizadas com governança corporativa externa fraca.

Porém, apesar da evidência de que práticas de gerenciamento de resultados podem levar a reapresentação retrospectiva (ETTREDGE et al., 2010), é possível que a reapresentação retrospectiva não ocorra apenas em função da manipulação de lucros, mas também em função de características organizacionais que possam favorecer a sua ocorrência. Como uma das possibilidades de causa de reapresentação retrospectiva é a verificação posterior de erro não intencional (PAPÍK; PAPÍKOVÁ, 2020), é possível que a complexidade da estrutura organizacional e

dos negócios afetem essa ocorrência.

Entretanto, a literatura não tem apresentado evidências a partir dessa visão, uma vez que a qualidade da informação tem sido examinada preponderantemente no contexto da discricionariedade do gestor ou da complexidade das demonstrações contábeis, que se associa positivamente a probabilidade de reapresentação das demonstrações financeiras (PLUMLEE; YOHN, 2010; HOITASH; HOITASH, 2018; CHYCHYLA; LEONE; MINUTTI-MEZA, 2019). Nesse sentido, tem-se o seguinte problema de pesquisa: qual a influência de características organizacionais na reapresentação de demonstrações financeiras por companhias abertas brasileiras?

A investigação desse problema pode trazer evidências de que o fenômeno da reapresentação pode não ocorrer apenas por gerenciamento de resultados ou complexidade da informação contábil. Isto é relevante para que usuários das informações verifiquem que a reapresentação retrospectiva pode ser decorrência natural da complexidade da estrutura organizacional e dos negócios, sem necessariamente haver viés de oportunismo do gestor.

Assim, este estudo tem como objetivo verificar a influência da complexidade da estrutura organizacional e dos negócios sobre a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras em empresas de capital aberto no Brasil.

Para operacionalizar a observação empírica, foram realizadas duas análises. Na primeira, verifica-se, por meio de regressão linear, a associação entre a reapresentação retrospectiva e duas *proxies* para as características organizacionais: listagem em níveis diferenciados de governança corporativa da B3 e tamanho. Como o cumprimento dos requisitos para a listagem em níveis elevados de governança corporativa (Novo Mercado e Nível 2) exige melhor estrutura organizacional, incluindo conselhos, comitês e controles internos, a listagem pode reduzir a reapresentação retrospectiva.

De forma complementar, quanto maior a empresa, maior o nível de complexidade dos negócios. Assim, um alto volume de transações e eventos pode dificultar a obtenção de informações completas e tempestivas para que sejam bem representados nas demonstrações financeiras. Portanto, quanto maior o tamanho, maior pode ser a reapresentação retrospectiva.

Na segunda análise, são examinadas as notas explicativas referentes às reapresentações retrospectivas, em busca de informações a respeito dos motivos de suas ocorrências.

O presente estudo procura contribuir com a literatura ao verificar como essas características organizacionais estão relacionadas com a reapresentação retrospectiva, no sentido de que estas podem representar pior qualidade das demonstrações financeiras não apenas em função do poder discricionário do gestor sobre os resultados, conforme evidenciado por Ettredge et al. (2010), mas por falhas organizacionais.

De forma complementar, em consonância com Huang, Feng e Zaher (2019), este estudo contribui para que analistas e investidores identifiquem fatores organizacionais associados à redução da probabilidade de representação financeira, sendo assim, possível obter informações mais próximas da realidade econômica tendo em vista o incremento na qualidade das informações reportadas, seja para realização do *valuation* da companhia, seja para decisões de investimentos.

Por fim, tendo em vista que reapresentações financeiras podem prejudicar a legitimidade da companhia (ZHANG; HUANG; HABIB, 2018), considera-se que este estudo também possui implicações para gestores e formuladores de políticas, propiciando uma melhor compreensão acerca dos fatores associados à redução da probabilidade de reapresentações retrospectivas em mercados emergentes, em linha com o estudo de Mohammad et al. (2018).

2 REVISÃO DE LITERATURA E DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES

Considerada como uma das *proxies* de qualidade das informações contábeis (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010; BABER; LIANG; ZHU, 2012; ZHANG; HUANG; HABIB, 2018; CHEN; GONG, 2019), a reapresentação retrospectiva nas demonstrações financeiras representa uma forma de distorção na informação divulgada, pois pode ser utilizada pelo gestor para ajustar valores anteriores de modo discricionário e influenciar nas projeções de resultados.

Com isso, as reapresentações de resultados muitas vezes têm consequências onerosas, tanto para a companhia, quanto para investidores, tendo em vista a possibilidade de redução de confiança do investidor, das reações negativas do mercado na data do novo anúncio, do aumento nos custos de capital devido à alteração da percepção de risco da companhia, dentre outros aspectos (FILES; SHARP; THOMPSON, 2014).

Apesar disso, há evidências empíricas de fatores que favorecem a reapresentação retrospectiva. Wang e Wu (2011) encontraram que companhias com menores níveis de concentração acionária, com maiores níveis de rentabilidade e endividamento são mais propensas a publicar reapresentações.

Um fraco alinhamento de interesses entre gestores e acionistas minoritários pode fornecer incentivos para que as informações divulgadas sejam gerenciadas visando encobrir o comportamento oportunista de expropriação por parte dos majoritários. Dessa forma, ao deter um percentual relevante de ações que confira o controle da empresa, esses gestores podem envolver-se em práticas de expropriação da empresa ao custo dos interesses dos acionistas (ZHIZHONG et al., 2011), como o aumento nos níveis de remuneração dos executivos (DAL MAGRO; DANI; KLANN, 2018).

Nessa situação, os acionistas controladores poderão cometer violações mais severas dos princípios contábeis geralmente aceitos, o que pode levar a reapresentação de resultados (SUE; CHIN; CHAN, 2013).

Com relação ao desempenho financeiro, é possível que gestores se envolvam em práticas de

gerenciamento de resultados visando manter o retorno esperado pelo mercado ou apresentar retornos superiores a períodos anteriores, não refletindo a realidade das informações contábeis, o que pode ocasionar, posteriormente, à reapresentação de resultados. De acordo com Zhang (2012), isso ocorre na medida em que as empresas listadas normalmente possuam maior pressão para apresentar resultados positivos devido ao acompanhamento de investidores e analistas financeiros.

Hegde e Zhou (2019) fornecem uma possível conclusão para tal manipulação de resultados. Em uma análise de reapresentações retrospectivas entre 1996 e 2012, os autores verificaram que, em situações com as quais as empresas se encontram com investidores altamente otimistas com as expectativas de resultados, a incidência de condutas contábeis incorretas diminui, sendo possível inferir que, devido à necessidade de melhoria da expectativa de investidores e analistas financeiros, as companhias tendem a manipular mais seus resultados e, por consequência, realizar reapresentação retrospectiva em anos seguintes.

A complexidade das demonstrações contábeis também é um dos fatores que pode reduzir a qualidade da informação contábil, ao passo que Chychyla et al. (2019) evidenciam que existe uma relação positiva entre a complexidade das demonstrações financeiras e a probabilidade de reapresentação das demonstrações financeiras.

Além disso, a análise de endividamento também se torna um fator importante na influência da reapresentação de demonstrações financeiras. Uma empresa que possui contratos relevantes de empréstimos pode apresentar cláusulas restritivas nos mesmos, em que o risco de quebra de cláusula (*debt covenants*) traria grandes impactos à companhia.

Para evitar esses impactos, a companhia pode optar por realizar manipulação de resultados a fim de evitar tais consequências, o que aumentaria a probabilidade de reapresentação das demonstrações (DEFOND; JIAMBALVO, 1991). Essa perspectiva é corroborada por Abbott, Parker e Presley (2012), que evidenciam que

quanto maior o nível de endividamento da empresa, maior a possibilidade de reapresentação retrospectiva.

Porém, a literatura vem apontando que mecanismos de governança corporativa podem reduzir a reapresentação retrospectiva. Guerber e Anand (2019) evidenciam que fatores organizacionais, como o tamanho, podem reduzir a probabilidade de reapresentação das demonstrações financeiras.

Segundo Guerber e Anand (2019), os gestores de companhias menores percebem a reapresentação de demonstrações contábeis como uma ameaça à sobrevivência de suas companhias. Assim, devido ao receio da reação do mercado financeiro e, consequentemente, a sobrevivência da companhia, espera-se que companhias menores apresentem menor probabilidade de reapresentação de suas demonstrações.

De forma complementar, Zhizhong et al. (2011) analisam, no mercado chinês, a influência de outras variáveis relacionadas a governança corporativa na probabilidade de reapresentações. Nesse sentido, foi observado que maiores níveis de governança oriundos da presença de comitê de auditoria, de conselho de administração com diretores externos à companhia e da contratação de empresas de auditoria fortes, como as *Big Four*, podem evitar reapresentações de demonstrações financeiras.

A partir de um estudo que objetivou identificar se aspectos de governança corporativa, como índice de governança corporativa (*G-Index*), as características do conselho de administração, do comitê de auditoria e as atividades exercidas pelo CEO, exercem influência na probabilidade de reapresentação de informações contábeis no mercado estadunidense, Baber et al. (2015) identificaram que a reapresentação de informações contábeis é mais provável em companhias caracterizadas por fraca governança corporativa.

Com base nessas evidências, verifica-se que mecanismos de governança podem influenciar o desempenho das empresas devido à existência

de um maior monitoramento e incentivo a práticas de governança corporativa que geram qualidade dos resultados reportados, envolvendo sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos fiscalizadores e outros, minimizando o oportunismo das partes (GABRIEL, 2011). Assim, é possível observar que a literatura vem apontando que há fatores ligados aos incentivos econômicos do gestor que podem fazer com que a reapresentação retrospectiva ocorra ou seja evitada.

Entretanto, além desses fatores, é possível que outros também influenciem a ocorrência de reapresentações retrospectivas. Na busca por desenvolver um modelo de detecção de reapresentações retrospectivas não intencionais, ou seja, em que a reapresentação não surgiu com base em erros intencionais, Papík e Papíková (2020) evidenciam que o passivo circulante, as despesas gerais e administrativas e a receita de operações continuadas são determinantes contábeis que causam reapresentação de períodos anteriores

Além dos fatores financeiros, é possível que a reapresentação ocorra em função de erro que foi descoberto após a publicação das demonstrações financeiras do período anterior. Assim, fatores organizacionais podem explicar a ocorrência de erros e, em consequência, de reapresentações.

Nessa perspectiva, quanto mais complexa for a estrutura organizacional, incluindo órgãos de gestão e controle como conselhos, comitês e áreas funcionais, maiores serão as exigências de processos que evitem erros que possam levar a reapresentações retrospectivas. Nessa mesma linha, Zhang (2012) e Sue et al. (2013) defendem que sistemas contábeis mais desenvolvidos podem reduzir a ocorrência de reapresentações. Desse modo, a primeira hipótese deste trabalho é:

H1: Estrutura organizacional mais complexa influencia negativamente na probabilidade de reapresentação de demonstrações financeiras.

Além disso, é possível que empresas maiores sejam suscetíveis a divulgar mais frequentemente reapresentações retrospectivas tendo em vista que tendem a desenvolver atividades mais

complexas, que necessitam de maior nível de especialização, possuindo, portanto, maior risco de erro. Desse modo, a segunda hipótese deste trabalho é:

H2: A complexidade dos negócios influencia positivamente na probabilidade de reapresentação de demonstrações financeiras.

$$REAPR = \alpha + \beta_1 ORG + \beta_2 CPX + \beta_3 ACIO + \beta_4 ROA + \beta_5 LEV + \mu \quad (1)$$

A variável dependente REAPR é uma variável binária em que 1 = consta reapresentação de saldos no exercício de 2016 e 0 = não consta reapresentação de saldos comparativos, de acordo com as considerações apresentadas para qualificação como reapresentação: reapresentação retrospectiva de saldos e ajuste de saldos comparativos, podendo ser realizados por exigência de normas, órgãos reguladores ou voluntariamente.

Assim, o modelo especificado na Equação 1 foi estimado por meio de regressões Logit e Probit, dado que a variável dependente a ser analisada possui apenas dois resultados esperados: relatório limpo ou reapresentado.

Como parâmetro de Estrutura Organizacional (ORG), utilizamos os segmentos especiais de listagem de empresas definidos pela bolsa de valores B3. A bolsa possui níveis diferenciados de governança corporativa nos quais segmenta as empresas em negociação com base em direitos a acionistas, qualidade e frequência da divulgação e composição do conselho administrativo. Assim, o parâmetro de Estrutura Organizacional é segregado em duas classificações *dummy*, sendo 0 = companhias com menor Estrutura Organizacional, e 1 = Maior Estrutura Organizacional:

- a) Menor Estrutura Organizacional: constam nesta classificação empresas listadas nos segmentos Tradicionais, Nível 1 (N1), Bovespa Mais (MA) e Bovespa Mais Nível 2 (M2). Na primeira, a governança cumpre apenas o necessário segundo a legislação. Inclui empresas de balcão organizado

3 METODOLOGIA

3.1 DETALHAMENTO DO MÉTODO

Visando testar as hipóteses apresentadas, propõe-se o modelo econométrico (1).

e Certificados de Depósito de Ações (BDRs). Todos os outros segmentos apresentados pela B3 apresentam adoção voluntária de normas adicionais às exigidas pela legislação brasileira; Na classificação N1, as empresas apresentam informações adicionais como calendário anual de eventos corporativos, percentual mínimo de ações em circulação e código de conduta para favorecer o acesso à informação e transparência; Empresas de classificação MA e M2 têm como público-alvo pequenas e médias empresas de modo a fomentar seu crescimento, assim, permitem menores captações e que não haja oferta imediata para listagem.;

- b) Maior Estrutura Organizacional: trata de empresas listadas nos segmentos Novo Mercado (NM) e Nível 2 (N2). Possuem índices de maior nível de governança corporativa, esperado pelos investidores para grandes ofertas. Estes segmentos exigem e política de divulgação mais abrangente e adoção de regras societárias que ampliam os direitos de acionistas. Isso exige maior estrutura organizacional em termos de controle e de mecanismos contra falhas na divulgação financeira.

Para analisar a Complexidade dos Negócios (CPX), foi utilizada como *proxy* o tamanho da empresa. A fim de evitar distorções dados por mensuração, foi calculado o logaritmo neperiano (ln) dos ativos totais.

Seguindo os resultados obtidos por Wang e Wu (2011), foram consideradas a concentração acionária (ACIO), rentabilidade (ROA) e endividamento (LEV) como variáveis de controle. A variável ACIO foi coletada por meio de consulta de posição acionária das Companhias no site da B3. Considerou-se apenas a porcentagem de ações ordinárias para a concentração acionária, dado que as ações preferenciais restringem o direito ao voto de acionistas na Assembleia Geral da empresa. Já para ROA e LEV, foi utilizada a base de dados do software Económatica para seleção das informações.

A coleta de dados da reapresentação de resultados foi realizada por meio das demonstrações financeiras anuais, reportadas com data-base 31 de dezembro de 2016. No caso de empresas com data-base de encerramento diferente, foram utilizadas as demonstrações financeiras anuais de 2017 (31/03/2017 ou 30/06/2017). Por não haver banco de dados existente que disponibilize tal informação de reclassificação, o levantamento de dados foi realizado manualmente entre as empresas listadas na Bolsa de Valores, por meio das demonstrações financeiras publicadas no site da B3.

Por meio do levantamento de tais informações, foi realizada também análise das notas explicativas e relatório de administração que definem as razões para o ajuste, de modo a compreender a natureza do ocorrido, e identificar possíveis falhas de interpretação ou julgamento que levam a reapresentação. Diversos gestores podem optar por fornecer uma divulgação mínima em relação às reapresentações de demonstrações financeiras visando reduzir o impacto negativo da reação do mercado de capitais (FILES; SWANSON; TSE, 2009).

Procura-se, nesta etapa, identificar as características de reapresentação, segregando-as a partir de Gelbcke et al. (2018):

- i) Mudança na política contábil:
- a) Exigência por norma, pronunciamento, interpretação ou orientação;

- b) Mudança voluntária que resulte em informação mais confiável e mais relevante.
- ii) Retificação de erro.

A amostra foi analisada com base em reapresentações de saldos comparativos com erros não intencionais, aplicações retrospectivas de novos pronunciamentos e reapresentações de demonstrações financeiras que sejam exigidas pela CVM por identificação de informações não adequadas. Também participa da amostra a reapresentação de saldos comparativos por voluntariedade das empresas, não significando, necessariamente, a reapresentação completa de demonstrações financeiras, pois apenas o uso de reapresentações solicitadas por entidades reguladoras, como a CVM, limitaria a amostra e análise, conforme ressaltado por Dechow, Ge e Schrand (2010).

Para classificação de uma demonstração financeira como reapresentada, consideramos todo e qualquer ajuste contábil, pois o CPC 23 (2009) afirma que políticas contábeis são “os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação das demonstrações financeiras”. Sendo assim, qualquer alteração na apresentação da demonstração contábil é uma mudança de política e pode alterar a opinião do usuário durante a análise das demonstrações financeiras.

Foi realizada breve análise a respeito da relevância das mudanças de políticas e erros divulgados, a fim de ressaltar ajustes relevantes. Desconsidera-se, portanto, qualquer outro motivo de reapresentação que não tenha cunho contábil, como erros de apresentação de tabelas ou digitação. As informações a respeito da reapresentação deverão estar divulgadas em nota explicativa, indicando natureza, razão, montante ajustado e circunstâncias que levaram a tal (CPC 23, 2009).

3.2 PROCEDIMENTO DE AMOSTRAGEM

Devido à extensão da análise, o cálculo e coleta das informações foram realizados por meio de

amostragem. Com base na listagem de empresas na Bolsa, será aplicado cálculo de amostra para população finita, de acordo com Triola (2005):

$$n = \frac{Npq \left[\frac{z_{\alpha}}{2} \right]^2}{pq \left[\frac{z_{\alpha}}{2} \right]^2 + (N - 1)E^2}$$

Em que:

n: Tamanho da amostra.

N: Tamanho da população, constando em 443 empresas listadas na B3.

p: Proporção amostral estimada de sucessos, em que representação = 1. Dado que não existe expectativas de erros ou acertos, considera-se p = 0,5, em que, para cada empresa analisada, a chance de haver representação é de 50%, pois de acordo com a classificação desta pesquisa, a empresa pode apenas optar por reapresentar o saldo comparativo ou não.

q: Proporção amostral de fracassos, em que representação = 0. Sendo q = 1-p, consideramos também q = 0,5.

$\frac{z_{\alpha}}{2}$: Considerando o nível de confiança nos dados de 95%. Sendo assim, de acordo com a tabela Z,

$$\frac{z_{\alpha}}{2} = 1,96.$$

E: Considera-se o nível de erro esperado como 5%.

Sendo assim, a amostra populacional selecionada é de 205 empresas listadas, correspondente a 46,5% da população total. As empresas foram selecionadas aleatoriamente para amostragem por meio de software estatístico, com base na população total de empresas listadas, anteriormente à análise de empresas com reapresentação.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 ANÁLISE ECONOMÉTRICA

Por meio da análise da estatística descritiva, observa-se que aproximadamente 49% das companhias reapresentaram informações retrospectivas, o que corresponde a 101 empresas. Nesse sentido, considerando que as análises compreendem o período de 2016, verifica-se que há um aumento na reapresentação de informações contábeis por parte de empresas brasileiras ao longo dos anos, ao passo que Helou Netto e Pereira (2010) evidenciam que, durante o período de 2001 a 2009, 24 empresas abertas reapresentaram informações contábeis.

Tabela 1 – Estatística descritiva.

Variável	Obs.	Média	Desv. Pad.	Mín.	Máx.
REAPR	205	0,492	0,501	0	1
ORG	205	0,401	0,491	0	1
CPX	205	14,107	3,068	2,887	20,369
ACIO	205	0,586	0,303	0,807	1
ROA	205	-0,166	1,072	-12,225	2,217
LEV	205	0,902	1,270	0,001	9,573

Fonte: Dados da pesquisa. ORG - dummy que assume 1 quando a empresa possui alto nível de governança corporativa, classificado de acordo com a B3; CPX - Tamanho da empresa baseado em ativos; ACIO - Nível de concentração de ações do maior acionista (%); ROA - Retorno sobre os ativos; LEV – Relação dívidas/capital social.

Em relação à governança corporativa, verifica-se que aproximadamente 40% das empresas investigadas estão listadas em níveis diferenciados de governança corporativa (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado), sendo possivelmente essas empresas menos propensas à reapresentação retrospectiva devido à melhor qualidade de controles internos e monitoramento do processo de elaboração das informações contábeis.

Quanto à concentração acionária, verifica-se que aproximadamente 58% das empresas abertas brasileiras possuem um acionista controlador, confirmado a visão de que apesar da redução no nível de concentração acionária nos últimos anos, ainda há uma predominância de empresas abertas com o controle concentrado (PINTO; LEAL, 2013; AGUIAR; PIMENTEL, 2017).

Em relação ao retorno sobre os ativos e

endividamento, verifica-se, em média, que as empresas estão apresentando um nível negativo de rentabilidade, bem como elevado índice de endividamento, fato esse que pode estar relacionado à crise do período, conforme evidenciado por Barbosa Filho (2017). Por fim, em relação à variável *Tamanho*, observa-se um logaritmo do ativo total médio das companhias de 14,107.

A Tabela 2 apresenta os resultados do modelo proposto para analisar a associação entre reapresentação retrospectiva e as características organizacionais no ano de 2016 por meio de uma regressão logística. Na estimação do modelo econômétrico, foi verificado se este atende o pressuposto de não multicolinearidade entre variáveis independentes, bem como realizado o teste de Hosmer-Lemeshow visando verificar a qualidade de ajuste do modelo final.

A multicolinearidade indica a existência de relação perfeita entre algumas ou todas as variáveis independentes. Por meio de análise do fator de

inflação da variância (VIF), não foram identificados indícios de multicolinearidade na amostra, apresentando VIF médio de 1,37.

Em relação aos erros-padrão homocedásticos, foi realizado teste de heterocedasticidade de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg, sob a hipótese nula de que todos os resíduos gerados no modelo seguem variância homocedástica, ou seja, são constantes ao longo da amostra. O resultado apresentou *p-value* no valor de 0,44, levando à não rejeição da hipótese nula, ou seja, os erros-padrão são homocedásticos.

Por fim, no tocante ao teste de Hosmer-Lemeshow visando verificar a qualidade de ajuste do modelo final, a hipótese nula de que as frequências observadas e esperadas são iguais não foi rejeitada em ambos os modelos estimados, tendo em vista os *p*-valores superiores ao nível de 5% de significância. Assim, verifica-se que os modelos estimados não apresentam problemas em relação à qualidade do ajuste.

Tabela 2 – Regressões para o modelo de associação entre reapresentação retrospectiva e as características organizacionais.

Variável	REAPR = $\alpha + \beta_1\text{ORG} + \beta_2\text{CPX} + \beta_3\text{ACIO} + \beta_4\text{ROA} + \beta_5\text{LEV} + \mu$	
	Logit	Probit
ORG	-0,087 (0,379)	-0,056 (0,230)
CPX	0,413*** (0,086)	0,243*** (0,048)
ACIO	-0,386 (0,599)	-0,234 (0,363)
ROA	-0,201 (0,249)	-0,112 (0,147)
LEV	0,176 (0,143)	0,102 (0,087)
Intercepto	-6,049*** (1,355)	-3,562*** (0,770)
N	205	205
Pseudo R2 (%)	0,138	0,138
Prob > chi2	39,40***	39,23**
Goodness-of-fit	0,364	0,369
AIC	258,743	258,917

Fonte: Dados da pesquisa. ***, **, *: significância estatística bicaudal a 1%, 5% e 10%, respectivamente. Erros-padrão entre parênteses. REAPR - variável *dummy* que assume 1 quando a empresa possui reapresentação de saldos ORG - *dummy* que assume 1 quando a empresa possui alto nível de governança corporativa, classificado de acordo com a B3; CPX - Tamanho da empresa baseado em ativos ACIO - Nível de concentração de ações do maior acionista (%); ROA - Retorno sobre os ativos; LEV – Relação dívidas/capital social.

Por meio da Tabela 2, verifica-se que os modelos estimados não apresentaram divergências quanto aos *links Logit* e *Probit*. Entretanto, ressalta-se que o *Logit* é o mais indicado para realizar as

análises e interpretações, tendo em vista que apresenta menor critério de informação de Akaike (AIC).

Em relação à variável ORG, verifica-se que o sinal é negativo, conforme previsto, mas o *p-value* não é significante, o que leva a rejeitar a H1. Nesse sentido, não é possível confirmar que a estrutura organizacional necessária para proteção de investidores em relação à divulgação pode influenciar na redução da probabilidade de reapresentação retrospectiva.

Esse resultado não encontra-se em linha com a visão de que a estrutura organizacional necessária para proteção de investidores, a partir da implementação de mecanismos de governança corporativa, exerce influência na probabilidade de reapresentação de demonstrações (BABER et al., 2015).

No entanto, a variável CPX mostra-se com sinal positivo e significativo, o que denota que a complexidade da empresa influencia na probabilidade de reapresentação de demonstrações financeiras, levando à não rejeição da hipótese H2.

Este achado corrobora a perspectiva de que maiores empresas são suscetíveis a divulgarem reapresentações retrospectivas por normalmente desenvolverem atividades mais complexas, que necessitam de maior nível de especialização, possuindo, portanto, maior risco de erro. Ademais, pelo maior monitoramento por parte de investidores, analistas financeiros e reguladores, também é possível que essas companhias sejam mais propensas a reapresentação de informações contábeis visando reportar uma informação de melhor qualidade para esses *stakeholders*.

Assim, essa evidência contrapõe a perspectiva de que maiores empresas tendem a possuir sistemas contábeis mais desenvolvidos, sendo menos suscetíveis a erros e, consequentemente, a reapresentação de resultados, em comparação com as informações contábeis geradas por sistemas de companhias de menor porte (ZHANG, 2012; SUE et al., 2013).

A variável ACIO indica que não existe relação entre a concentração de acionária e a reapresentação de informações contábeis, diferentemente dos resultados encontrados por Wang e Wu (2011).

No tocante a variável ROA, não é possível inferir que um melhor desempenho financeiro influencia positivamente na probabilidade de reapresentação de demonstrações financeiras, tendo em vista que o *p-value* não se apresenta estatisticamente significante, diferentemente de evidências empíricas anteriores que evidenciam que o ROA apresenta-se significativamente associado a reapresentação retrospectiva, seja essa associação positiva (ZHANG; HUANG; HABIB, 2018) ou negativa (CHEN. GONG, 2019),

Este resultado contrapõe a perspectiva de que gestores podem se envolver em práticas de gerenciamento de resultados visando manter apresentar retornos sobre os ativos superiores a períodos anteriores visando atender as expectativas de investidores e analistas financeiros, não refletindo a realidade das informações contábeis, o que pode ocasionar, posteriormente, à reapresentação de resultados, conforme evidenciado por Zhang (2012).

Com relação à variável endividamento, não se verifica que quanto maior a dívida contraída pela empresa em relação ao seu capital social, maior a probabilidade de reapresentação, uma vez que o *p-value* encontrado não se apresenta estatisticamente significante. Esse resultado encontra-se em linha com os achados de Papík e Papíková (2020), que evidenciam que o índice de endividamento não exerce influência na probabilidade de reapresentação retrospectiva.

Dessa forma, não é possível confirmar que empresas mais endividadas são mais propensas a se envolverem em práticas de gerenciamento de resultados visando atender cláusulas de *debt covenants*, o que o que aumentaria a probabilidade de reapresentação das demonstrações (DEFOND; JIAMBALVO, 1991; ABBOTT et al., 2012).

4.2 ANÁLISE DAS REAPRESENTAÇÕES NAS NOTAS EXPLICATIVAS

Em relação à análise das reapresentações nas notas explicativas das demonstrações financeiras, foram analisadas 205 empresas e, de acordo com a leitura das informações disponibilizadas, a

reapresentação é classificada em três tópicos – Erros, adoção ou revisão de CPCs e ajustes para fins de demonstração, com os resultados apresentados na Tabela 3.

De acordo com o levantamento, cerca de 50% das demonstrações financeiras apresentaram algum tipo de reapresentação, sendo este um percentual relevante dado que as reapresentações são consideradas consequências de perda de qualidade em reportes financeiros. Este resultado fornece um

indício de que as demonstrações financeiras no Brasil possuem baixa qualidade, tratando, portanto, de um mercado ineficaz.

A informação financeira divulgada, conforme apresentado anteriormente, tem como função aproximar o conhecimento do usuário externo com a realidade da companhia e, verificando que as informações foram divulgadas anteriormente com distorções, o usuário não possui informações confiáveis e interpreta as demonstrações distorcidas.

Tabela 3 – Resultado das análises das notas explicativas.

	Itens segundo amostragem	Representação total
Demonstração financeira limpa	105	51%
Demonstração financeira reapresentada	101	49%
Identificação de erros	13	6%
Adoção/Revisão de normas	6	3%
Ajustes para fins de apresentação	89	43%
Amostra total	205	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A informação condiz com a pesquisa de Helou, Netto e Pereira (2010), que realizam análise das reapresentações de 2001 a 2009 e concluem que não existe reação de mercado de capitais quando ocorre republicação das informações contábeis, sendo possível interpretar que as empresas não apresentam receios para reapresentar demonstrações financeiras pois não existe efeito no mercado. É possível sustentar ainda a afirmação de que mercados desenvolvidos e emergentes possuem reações de mercado diferentes pois, neste caso, já não existe confiança do investidor nas demonstrações financeiras divulgadas (WANG; WU, 2011).

Seguindo a análise de reapresentações, foram identificadas 13 empresas com divulgação de erro em notas explicativas, sendo apenas um deles identificado pela CVM. Dentre os motivos que levaram à reapresentação, encontram-se erros de reconhecimento temporal de receita, cálculo de lucro por ações, falta de registro de investimentos e erros em premissas de depreciação e diferenças temporárias de impostos.

As reapresentações realizadas com fim de adoção ou revisão de normas foram identificadas em apenas seis empresas. Entre elas, encontram-se ajustes de normas setoriais, como seguros

(SUSEP), setor elétrico (ANEEL) e concessões. Além disso, em 2016, houve grande mudança e adaptação de empresas dos setores de agronegócio e papel e celulose, com a modificação e revisão do CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola (R8), adicionando o conceito de planta portadora. Não foram identificadas mudanças significativas de normas no ano de 2016 de modo que possa trazer viés à análise.

Também foi identificado que grande parte das reapresentações é resultante de ajustes e reclassificação de saldos. Foram levantadas 89 empresas com algum tipo de ajuste. Na Tabela 3 são apresentadas as principais contas identificadas com ajustes, em que são explicados os principais ajustes verificados e contrapartidas.

Acercadas demonstrações financeiras reapresentadas com ajustes, verifica-se que grande parte da amostra realizou mais de um ajuste na publicação, sendo selecionados para discussão os principais pontos ressaltados nas demonstrações financeiras. A realização de múltiplos ajustes indica que as empresas estão utilizando de padrões de gerenciamento de resultados similares ao “Big Bath”.

Scott (2011) identifica o termo como um reconhecimento da companhia de que, caso seja

obrigada a reportar perdas, a administração pode querer reportar uma grande perda, com todos os ajustes necessários identificados anteriormente, pois daria mais credibilidade e confiança nas divulgações dos anos seguintes. Assim,

interpretamos as grandes quantidades de ajustes como uma forma de a administração realizar todos os ajustes necessários identificados ao longo dos anos, já que terá de reapresentar de qualquer forma.

Tabela 4 – Ajustes verificados por conta contábil.

Item	Empresas com ajustes	Principais ajustes
Ativo mantido para venda e operações descontinuadas	12	Nas companhias analisadas, as operações listadas ocorreram em 2016 e, para fins de comparação na apresentação, foram reclassificadas também em 2015. A classificação é considerada como ajuste de reapresentação retrospectiva pois estaria incorreto apresentar a demonstração financeira sem tal ajuste comparativo, por não estar representando a realidade e comparar fidedignamente os saldos.
Imobilizado/ Intangível	10	Reclassificações entre ambas as contas e reclassificações com a conta de investimentos. Além disso, número significativo de ajustes de intangível para ágio sobre aquisições.
Investimentos	9	Quatro dos nove ajustes foram realizados por tratar de investimentos em controladas e coligadas com patrimônio líquido negativo. Assim, os investimentos foram transferidos para passivos, com provisões para perdas. Além disso, existem reclassificações por modificação de controle acionário (empresas deixando de ser controladas) e mudança de política de contabilização.
Empréstimos	7	Tratam principalmente de reclassificações entre curto e longo prazo, por quebra de contratos com cláusulas restritivas ou renegociação com instituições financeiras.
Receitas	7	Verifica-se que no ano de 2016 houve um ajuste preponderante entre as empresas do setor de energia elétrica relacionado à expectativa de fluxo de caixa relacionado ao ativo financeiro indenizável de concessão. Este ajuste era, até 2015, reconhecido em receitas financeiras, porém em 2016 o ajuste foi classificado como receita operacional. Assim, todos os ajustes se referem a companhias do setor elétrico reclassificando receitas futuras de concessão.
Despesas	5	Todas as reclassificações de despesas são relacionadas a despesas operacionais. É aparente que a empresa que emite a informação financeira possui dúvidas quanto à classificação de suas atividades, se as mesmas se enquadram em operacionais, financeiras ou outras atividades. Os ajustes analisados tratam da natureza da atividade, estando sempre enquadrados em classificações dentro do resultado.
Títulos e valores mobiliários	5	Em sua grande maioria, títulos antes classificados como mantidos até o vencimento agora reconhecidos como disponíveis para venda.
Impostos a pagar/recuperar	4	Reclassificação de impostos diferidos entre outros passivos e de crédito tributário com recuperação incerta, sendo transferido para outros passivos.
Provisão para contingências	4	Reclassificações de processos entre as possíveis classificações para reconhecimento de provisões.
Partes relacionadas	3	Os ajustes tratam essencialmente de reconhecimento de transações com partes relacionadas, antes reconhecidas como transações operacionais.
Outros, diversos	23	Contas contábeis com duas ou menos empresas que apresentaram ajuste. Vale ressaltar que grande maioria das companhias realizou mais de um ajuste, porém, para esta análise, considera-se o ajuste principal, de acordo com a narrativa construída na nota explicativa da companhia.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Verificando a Tabela 4, de um modo geral, percebe-se que os principais ajustes são decorrentes de reclassificações em diversas contas, incluindo as previstas em norma contábil, como a de operações descontinuadas, e as decorrentes de erros. Por essas observações, não é possível concluir que as representações do período ocorreram em função de gerenciamento

de resultados, ao contrário do que parte da literatura prévia propõe.

Em análise de reapresentações realizadas por setor de negócios, conforme classificação apresentada pela B3, foram identificados os resultados apresentados na Tabela 4. O setor de energia elétrica teve significativa participação nas

reapresentações retrospectivas no ano de 2016 devido à reclassificação de receitas financeiras para operacionais devido à expectativa de fluxo de caixa relacionada ao ativo financeiro indenizável de concessão. Ainda assim, o número total de reapresentações do setor é significativo, quando comparado às sete reapresentações por tal motivo. Não foram identificados outros motivos correntes para ajustes.

Sabe-se que, no Brasil, as companhias abertas do setor de energia elétrica são de grande volume. Porém, ao levantamento em 2017, as companhias do setor representam apenas 14% das companhias listadas na bolsa, aproximadamente.

Tabela 5– Reapresentações classificadas por setor de negócios

Setor	Empresas listadas
Energia Elétrica	24
Intermediários Financeiros	7
Transporte	7
Siderurgia e Metalurgia	6
Previdência e Seguros	4
Alimentos Processados	4
Material de Transporte	4
Tecidos, Vestuário e Calçados	4
Madeira e Papel	3
Outros	38
Total	101

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considera-se interessante ressaltar que durante o levantamento de informações foram identificadas dificuldades quanto à coleta de dados. O CPC 23 (2009) apresenta que, em caso de aplicação do referido pronunciamento, algumas informações devem ser obrigatoriamente apresentadas na demonstração financeira, entre elas: (i) A citação do referido CPC; (ii) A natureza da mudança na política contábil e; (iii) O montante dos ajustes para o período corrente e anterior apresentado. Ainda que grande parte das demonstrações analisadas tenha cumprido a norma, um número significativo das mesmas não apresentava as informações necessárias.

Grande parte das classificações apresentadas na Tabela 3 como “Outras, diversas” tratam de ajustes em que não foi possível identificar a natureza, mas apenas valores. Em alguns casos, os valores julgados como imateriais são apenas mencionados, sem qualquer valor ou informação apresentada a respeito do ocorrido. A observação

desta baixa qualidade de divulgação corrobora com o pensamento de que no contexto desta pesquisa está sendo analisado um mercado ineficaz, pois as informações não são transmitidas ao usuário externo com qualidade.

Por fim, conclui-se a análise das notas explicativas das demonstrações financeiras com a identificação de poucas irregularidades por parte dos motivos que desencadearam as reapresentações. Seria necessário realizar análise mais profunda sobre os CPCs e a classificação correta de saldos, porém os ajustes estão bem distribuídos em áreas diferenciadas e interpreta-se que grande parte deles se deve como erro de interpretação da natureza das transações, em que existem muitos ajustes de saldos por classificação incorreta, e poucas reapresentações por erros ou ajustes em áreas relevantes para análise e previsão de analistas, como receitas e custos.

Essa análise das notas explicativas corrobora os resultados obtidos na análise econométrica, de que a complexidade das empresas pode influenciar na reapresentação de demonstrações financeiras, dada a maior probabilidade de ocorrência de erros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações empíricas deste trabalho revelaram que empresas de maior complexidade tenderam a reapresentar retrospectivamente demonstrações financeiras com mais frequência. Não foi identificada, entretanto, relação significativa entre reapresentação retrospectiva de saldos e nível de estrutura organizacional, concentração de ações, retorno e endividamento.

Com isso, depreende-se que a complexidade dos negócios, representada pelo tamanho da empresa, é um fator significativo para a ocorrência de reapresentações retrospectivas, mas outros fatores que poderiam representar motivações econômicas (retorno e endividamento) e de monitoramento (governança e concentração acionária) não se apresentaram significativos na amostra brasileira para o período estudado.

O exame mais detalhado, por meio das notas explicativas, parece corroborar com esses resultados. Em grande parte, verificou-se que as demonstrações financeiras são reapresentadas em função de ajustes e reclassificações de contas, por causa de falhas que poderiam ser justificadas em função da complexidade dos eventos e transações. Não é possível afirmar que esses ajustes e reclassificações tenham motivação de gerenciamento de resultados, dadas as suas naturezas.

A informação sobre o total de reapresentações é relevante, dado que aproximadamente 50% das empresas apresentaram algum tipo de ajuste em seus saldos comparativos. Uma vez que o tamanho da empresa é significativo e grandes empresas têm mais recursos para evitar erros que levem a reapresentações, a elevada quantidade de reapresentações denotou alta tolerância dos investidores aos erros na informação divulgada.

Com esses resultados, o trabalho contribuiu com a literatura ao apontar que a complexidade dos negócios é um fator que pode contribuir para a reapresentação das demonstrações financeiras, que, por sua vez, pode representar uma redução na qualidade da informação financeira divulgada. Esses achados contrapõem ou, ao menos complementam, a literatura prévia que considera o gerenciamento de resultados como principal motivação para a reapresentação das demonstrações financeiras retrospectivas.

Os resultados apresentados neste trabalho também contribuíram para o entendimento da qualidade da divulgação financeira no Brasil e como pode ser impactada por características das empresas. As informações podem ser relevantes às empresas, de modo a identificar falhas e pontos de melhoria em relação à governança corporativa e apresentação de demonstrações financeiras, evitando reapresentação de saldos anteriores, assim como relevante aos órgãos reguladores, que identificam mais facilmente falhas no mercado e podem desenvolver medidas mais restritivas, a fim de evitar reapresentações por meio de maiores sanções ou adaptação de normas.

Considera-se como limitação do presente trabalho

a utilização de apenas um período contábil para análise. Assim, recomenda-se que estudos futuros ampliem o período analisado visando validar de modo definitivo os resultados apresentados, bem como identificar a existência de um padrão ou não para reapresentações, que tende a diminuir ao longo do tempo com a adaptação às normas. Além disso, partindo desta análise, seria válido identificar o andamento das companhias que possuem reapresentação, verificando se as empresas que reapresentam seus saldos comparativos tendem a reapresentar em anos seguintes.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, L. J.; PARKER, S.; PRESLEY, T. J. Female Board Presence and the Likelihood of Financial Restatement. *Accounting Horizons*, v. 26, n. 4, p. 607-629, 2012.
- AGUIAR, A. B.; PIMENTEL, R. C. Remuneração de executivos e desempenho no mercado brasileiro: Relações contemporâneas e defasadas. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 21, n. 4, p. 545-568, 2017.
- BABER, W. R. et al. External Corporate Governance and Misreporting. *Contemporary Accounting Research*, v. 32, n. 4, p. 1413-1442, 2015.
- BABER, W. R.; LIANG, L.; ZHU, Z. Associations between Internal and External Corporate Governance Characteristics: Implications for Investigating Financial Accounting Restatements. *Accounting Horizons*, v. 26, n. 2, p. 219-237, 2012.
- BARBOSA FILHO, F. H. A Crise Econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 51-89, 2017.
- CHEN, A.; GONG, J. J. Accounting comparability, financial reporting quality, and the pricing of accruals. *Advances in Accounting*, v. 45, p. 1-16, 2019.
- CHYCHYLA, R.; LEONE, A. J.; MINUTTI-MEZA, M. Complexity of financial reporting standards and accounting expertise. *Journal of Accounting and Economics*, v. 67, n. 1, p. 226-253.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *CPC 23– Políticas contábeis, mudança*

de estimativa e retificação de erro. 2009. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/296_CPC_23_rev%202014.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

DAL MAGRO, C. B.; DANI, A. C.; KLANN, R. C. (2018). Remuneração variável no tempo de mandato é a causa do oportunismo dos CEOs? Evidências do gerenciamento de resultados no Brasil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 38, n. 2, p. 77-92, 2018.

DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, 2010.

DEFOND, M. L.; JIAMBALVO, J. Incidence and Circumstances of Accounting Errors. **The Accounting Review**, v. 66, n. 3, p. 643-655, 1991.

ETTREDGE, M. et al. How Do Restatements Begin? Evidence of Earnings Management Preceding Restated Financial Reports. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 37, n. 3-4, p. 332-355, 2010.

FILES, R.; SHARP, N. Y.; THOMPSON, A. M. Empirical Evidence on Repeat Statements. **Accounting Horizons**, v. 28, n. 1, p. 93-123, 2014.

FILES, R.; SWANSON, E. P.; TSE, S. Stealth Disclosure of Accounting Restatements. **The Accounting Review**, v. 84, n. 5, p. 1495-1520, 2009.

GABRIEL, F. Impacto da adesão às práticas recomendadas de governança corporativa no índice de qualidade da informação contábil. 2011. 130 p. **Tese** (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GELCKE, E. R. et al. **Manual de contabilidade societária aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 3. ed. São Paulo: Gen/Atlas, 2018.

GUERBER, A. J.; ANAND, V. (2019). Situational and organizational influences on transparency following financial restatements. **Cogent Business & Management**, v. 6, n. 1, p. 1-22.

HUANG, H. S.; FENG, Z. A.; ZAHER, A. A. Fair

value and economic consequences of financial restatements. **Finance Research Letters**, s/n, p. 1-5, 2019

HEGDE, S.; ZHOU, T. Predicting Accounting Misconduct: The role of firm-level in optimism. **Journal of Business Ethics**, v. 160, n. 2, p. 535-562.

HELOU NETTO, F. H.; PEREIRA, C. C. Impacto da republicação de demonstrações financeiras no preço das ações de empresas brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 7, n. 14, p. 29-50, 2010.

HOITASH, R.; HOITASH, U. Measuring Accounting Reporting Complexity with XBRL. **The Accounting Review**, v. 93, n. 1, p. 259-287, 2018.

MOHAMMAD, W. M. W. et al. The Effect of Audit Committee Characteristics on Financial Restatements in Malaysia. **Journal of Asia-Pacific Business**, v. 19, n. 1, p. 1-19, 2019.

PAPÍK, M.; PAPÍKOVÁ, L. Detection Models for Unintentional Financial Restatements. **Journal of Business Economics and Management**, v. 21, n. 1, p. 64-86, 2020.

PINTO, M. R.; LEAL R. P. C. Ownership Concentration, Top Management and Board Compensation. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 3, p. 304-324, 2013.

PLUMLEE, M.; YOHN, T. L. An Analysis of the Underlying Causes Attributed to Restatements. **Accounting Horizons**, v. 24, n. 1, p. 41-64, 2010.

SCOTT, W. R. **Financial accounting theory**. 6 ed. Toronto: Prentice Hall, 2011.

SUE, S.; CHIN, C.; CHAN, A. L. Exploring the Causes of Accounting Restatements by Family Firms. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 40, n. 9-10, p. 1068-1094, 2013.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2005.

WANG, X.; WU, M. The quality of financial reporting in China: An examination from an accounting restatement perspective. **China Journal of Accounting Research**, v. 4, n. 4, p. 167-196, 2011.

ZHANG G. Determinants of Financial

Restatements in the Listed Companies in China.
In: Tan H. (Eds) **Knowledge Discovery and Data Mining**. Springer, Berlin, p. 725-730, 2012.

ZHANG, H.; HUANG, H. J.; HABIB, A. The Effect of Tournament Incentives on Financial Restatements: Evidence From China. **The International Journal of Accounting**, v. 53, n. 2, p. 118-135, 2018.

ZHIZHONG, et al. (2011). Does corporate governance affect restatement of financial reporting? Evidence from China. **Nankai Business Review International**, v. 2, n. 3, p. 289-302, 2011.

Endereço dos Autores:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 908
Butantã
São Paulo – SP – Brasil
05508-010